

# SUMÁRIO

## PARTE 1 – CONSTITUIÇÃO FEDERAL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	29
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL .....	32
ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS .....	109
EMENDAS CONSTITUCIONAIS.....	129
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DA CRFB/1988 E DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS.....	169

## PARTE 2 – REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RGPS: TEMAS GERAIS

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991.....	212
<i>Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991.....	228
<i>Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 3.048, DE 6 DE MAIO DE 1999 .....	249
<i>Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.876, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1999.....	388
<i>Dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício, altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.666, DE 8 DE MAIO DE 2003 .....	389
<i>Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 142, DE 8 DE MAIO DE 2013 .....	390
<i>Regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.</i>	
PORTARIA CONJUNTA PGF/INSS Nº 83, DE 04 DE JUNHO DE 2012.....	390
<i>Define atribuições e estabelece procedimentos administrativos para atendimento de decisões judiciais em matéria de benefícios e para fornecimento dos subsídios necessários à defesa judicial do Instituto Nacional do Seguro Social.</i>	

<b>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1, DE 27 DE JANEIRO DE 2014 .....</b>	<b>395</b>
<i>Aprova o instrumento destinado à avaliação do segurado da Previdência Social e à identificação dos graus de deficiência, bem como define impedimento de longo prazo, para os efeitos do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.</i>	
<b>PORTARIA CONJUNTA PGF/INSS Nº 4, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.....</b>	<b>395</b>
<i>Estabelece procedimentos relacionados à assistência técnica e à revisão administrativa de benefícios previdenciários por incapacidade e do benefício social de prestação continuada pago à pessoa com deficiência previsto na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.</i>	
<b>RESOLUÇÃO INSS Nº 485, DE 08 DE JULHO DE 2015 .....</b>	<b>397</b>
<i>Dispõe sobre procedimentos a serem adotados pela Perícia Médica na inspeção no ambiente de trabalho dos segurados.</i>	
<b>PORTARIA AGU Nº 488, DE 27 DE JULHO DE 2016 .....</b>	<b>398</b>
<i>Estabelece procedimentos a serem adotados em caso de dispensa da propositura e desistência de ações, reconhecimento da procedência do pedido, abstenção de contestação, de impugnação ao cumprimento de sentença, de apresentação de embargos à execução e de recurso, desistência de recurso já interposto e dá outras providências no âmbito da Procuradoria-Geral Federal. (Redação dada pela Port. AGU 161/2020)</i>	
<b>RESOLUÇÃO INSS Nº 544, DE 9 DE AGOSTO DE 2016.....</b>	<b>402</b>
<i>Institui o Programa de Revisão dos Benefícios por Incapacidade, e dispõe sobre a adesão dos Peritos Médicos Previdenciários.</i>	
<b>PORTARIA CONJUNTA PGF/INSS Nº 2, DE 16 DE JANEIRO DE 2018 .....</b>	<b>402</b>
<i>Dispõe sobre a cobrança de valores pagos a título de benefício previdenciário concedido por decisão provisória que é posteriormente revogada ou reformada, decisão transitada em julgado que venha a ser rescindida, e revoga a Portaria Conjunta PGF/INSS nº 107, de 25 de junho de 2010.</i>	
<b>PORTARIA PGF Nº 24, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.....</b>	<b>403</b>
<i>Dispõe sobre a celebração de acordos, o reconhecimento de pedidos e a abstenção ou desistência de recursos pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal em ações judiciais que tratem da concessão ou restabelecimento de benefícios previdenciários por incapacidade de que trata a Lei nº 8.213/91.</i>	
<b>PORTARIA AGU Nº 218, DE 4 DE ABRIL DE 2019 .....</b>	<b>406</b>
<i>Dispõe sobre a realização de acordos ou transações nas ações regressivas previdenciárias no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.</i>	
<b>PORTARIA PGU/PGF Nº 1, DE 3 DE ABRIL DE 2020.....</b>	<b>407</b>
<i>Dispõe sobre a atuação dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral da União - PGU e da Procuradoria-Geral Federal - PGF nas ações judiciais envolvendo a atividade de perícia médica e a carreira de Peritos Médicos, diante da criação da Subsecretaria da Perícia Médica Federal pela Medida Provisória n. 871, de 18 de janeiro de 2019, convertida na Lei n. 13.846, de 18 de junho de 2019.</i>	
<b>PORTARIA INSS/PFE/DIRBEN Nº 12, DE 19 DE MAIO DE 2020 .....</b>	<b>407</b>
<i>Comunica para cumprimento a decisão proferida na Ação Civil Pública nº 0216249-77.2017.4.02.5101/RJ - cômputo de benefício por incapacidade para carência.</i>	
<b>PORTARIA CONJUNTA Nº 28, DE 19 DE MARÇO DE 2021.....</b>	<b>408</b>
<i>Comunica cumprimento de decisão cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 6.327, o Supremo Tribunal Federal – STF que determinou a prorrogação do benefício de Salário-Maternidade</i>	

*quando, em decorrência de complicações médicas relacionadas ao parto, houver necessidade de internação hospitalar da segurada e/ou do recém nascido.*

<b>PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 981, DE 07 DE ABRIL DE 2021 .....</b>	<b>409</b>
<i>Dispõe sobre os procedimentos a serem realizados quando houver solicitação de cessação de benefício inacumuláveis por força de disposição legal ou constitucional, conforme disposto no §3º do artigo 181-B do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048/1999.</i>	
<b>PORTARIA SEPRT/ME Nº 4.334, DE 15 DE ABRIL DE 2021 .....</b>	<b>410</b>
<i>Dispõe sobre o procedimento e as informações para a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), de que trata o art. 22 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. (Processo nº 10132.100084/2021-71).</i>	
<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 115, DE 3 DE MAIO DE 2021 .....</b>	<b>411</b>
<i>Estabelece critérios e procedimentos operacionais para a celebração de contratos com empresas, sindicatos e entidades fechadas de previdência complementar.</i>	
<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 116, DE 5 DE MAIO DE 2021 .....</b>	<b>417</b>
<i>Disciplina o procedimento relativo à apuração de descumprimento de qualquer obrigação imposta pelo art. 68 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, assim como o fornecimento de informação inexata pelos Titulares de Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, para fins de aplicação de multa e propositura de ação regressiva.</i>	
<b>PORTARIA CONJUNTA DIRBEN/DIRAT/INSS Nº 36, DE 11 DE JUNHO DE 2021.....</b>	<b>420</b>
<i>Dispõe sobre a expansão do Portal de Atendimento – PAT e do Requerimento Qualificado do Benefício de Prestação Continuada – BPC.</i>	
<b>PORTARIA INSS Nº 1.382, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2021 .....</b>	<b>421</b>
<i>Dispõe sobre as alterações trazidas pelo Decreto nº 10.410, de 30 de junho de 2020, quanto aos efeitos das contribuições recolhidas em atraso, após o fato gerador, e quanto aos recolhimentos dos períodos de empregado doméstico.</i>	
<b>LEI COMPLEMENTAR Nº 187, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021 .....</b>	<b>422</b>
<i>Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e 9.532, de 10 de dezembro de 1997; revoga a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e dispositivos das Leis nºs 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências.</i>	
<b>PORTARIA INSS Nº 978, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2022 .....</b>	<b>430</b>
<i>Institui, em âmbito nacional, a realização da Avaliação Social da Pessoa com Deficiência - Remota.</i>	
<b>PORTARIA INSS Nº 982, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022 .....</b>	<b>430</b>
<i>Estabelece regras e procedimentos para o atendimento presencial nas Agências da Previdência Social do INSS.</i>	
<b>DECRETO Nº 10.995, DE 14 DE MARÇO DE 2022 .....</b>	<b>434</b>
<i>Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.</i>	
<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS Nº 128, DE 28 DE MARÇO DE 2022 .....</b>	<b>435</b>
<i>Disciplina as regras, procedimentos e rotinas necessárias à efetiva aplicação das normas de direito previdenciário.</i>	

<b>PORTARIA INSS Nº 990, DE 28 DE MARÇO DE 2022.....</b>	<b>564</b>
<i>Aprova as Normas Procedimentais em Matéria de Benefícios</i>	
<b>PORTARIA INSS Nº 991, DE 28 DE MARÇO DE 2022.....</b>	<b>644</b>
<i>Aprova as Normas Procedimentais em Matéria de Benefícios.</i>	
<b>PORTARIA INSS Nº 992, DE 28 DE MARÇO DE 2022.....</b>	<b>709</b>
<i>Aprova as Normas Procedimentais em Matéria de Benefícios.</i>	
<b>PORTARIA INSS Nº 994, DE 28 DE MARÇO DE 2022.....</b>	<b>750</b>
<i>Aprova as Normas Procedimentais em Matéria de Benefícios.</i>	
<b>PORTARIA INSS Nº 998, DE 28 DE MARÇO DE 2022.....</b>	<b>752</b>
<i>Aprova as Normas Procedimentais em Matéria de Benefícios.</i>	
<b>PORTARIA INSS Nº 999, DE 28 DE MARÇO DE 2022.....</b>	<b>761</b>
<i>Aprova as Normas Procedimentais em Matéria de Benefícios.</i>	
<b>PORTARIA INTERMINISTERIAL MTP E ME Nº 21, DE 3 DE AGOSTO DE 2022.....</b>	<b>775</b>
<i>Dispõe sobre a disponibilização do resultado do processamento do Fator Acidentário de Prevenção - FAP em 2022, com vigência para o ano de 2023 e dos róis dos percentis de frequência, gravidade e custo, por Subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.3, calculados em 2022, e sobre o julgamento de contestações e recursos apresentados pelas empresas em face do índice FAP a elas atribuído.</i>	
<b>PORTARIA INSS Nº 1.481, DE 22 DE AGOSTO DE 2022.....</b>	<b>776</b>
<i>Estabelece diretrizes para padronização dos serviços dos Acordos de Cooperação Técnicas celebrados entre as Gerências-Executivas e Superintendências Regionais e os Conselhos Seccionais e Subseções da Ordem dos Advogados do Brasil.</i>	
<b>PORTARIA INSS Nº 1.486, DE 25 DE AGOSTO DE 2022.....</b>	<b>778</b>
<i>Estabelece procedimentos para solicitação e análise de requerimento do auxílio por incapacidade temporária, dispensando a emissão de parecer conclusivo da Perícia Médica Federal quanto à incapacidade laboral.</i>	
<b>PORTARIA INTERMINISTERIAL MTP E MS Nº 22, DE 31 DE AGOSTO DE 2022.....</b>	<b>779</b>
<i>Estabelece a lista de doenças e afecções que isentam de carência a concessão de benefícios por incapacidade, conforme disposto no inciso II do art. 26 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.</i>	
<b>PORTARIA INTERMINISTERIAL MPS E MF Nº 26, DE 10 DE JANEIRO DE 2023.....</b>	<b>780</b>
<i>Dispõe sobre o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e demais valores constantes do Regulamento da Previdência Social - RPS e dos valores previstos nos incisos II a VIII do § 1º do art. 11 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, que trata da aplicação das alíquotas da contribuição previdenciária prevista nos arts. 4º, 5º e 6º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. (Processo nº 10128.118262/2022-61)</i>	
<b>PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 46, DE 10 DE ABRIL DE 2023.....</b>	<b>782</b>
<i>Disciplina as condições especiais de análise e conclusão de processos administrativos de Reabilitação Profissional - RP decorrentes de decisão judicial, no âmbito do INSS.</i>	

<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 147, DE 15 DE MAIO DE 2023 .....</b>	<b>783</b>
<i>Instituir as diretrizes dos procedimentos para recuperação, abrangidas a restituição e a cobrança administrativa, dos valores creditados ou disponibilizados indevidamente, relativos ao período posterior ao óbito do titular de benefício previdenciário ou assistencial.</i>	
<b>PORTARIA CONJUNTA MPS/INSS Nº 38, DE 20 DE JULHO DE 2023 .....</b>	<b>789</b>
<i>Disciplina as condições de dispensa da emissão de parecer conclusivo da Perícia Médica Federal quanto à incapacidade laboral e a concessão do benefício por meio de análise documental pelo Instituto Nacional do Seguro Social, de que trata o § 14 do art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.</i>	
<b>PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 1.173, DE 20 DE OUTUBRO DE 2023.....</b>	<b>790</b>
<i>Disciplina sobre o fluxo do protocolo de Análise Documental do Benefício por Incapacidade Temporária - Atestmed nas Agências da Previdência Social - APS.</i>	
<b>PORTARIA CONJUNTA PRES/INSS/SRGPS/MPS Nº 38, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023.....</b>	<b>790</b>
<i>Alteração na prorrogação automática de 30 (trinta) dias quando da solicitação pelo beneficiário de prorrogação de Benefício por Incapacidade Temporária.</i>	
<b>LEI Nº 14.717, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 .....</b>	<b>791</b>
<i>Institui pensão especial aos filhos e dependentes crianças ou adolescentes, órfãos em razão do crime de feminicídio tipificado no inciso VI do § 2º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), cuja renda familiar mensal per capita seja igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.</i>	
<b>LEI Nº 14.724, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023 .....</b>	<b>791</b>
<i>Institui o Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social (PEFPS); dispõe sobre a transformação de cargos efetivos vagos do Poder Executivo federal; altera as Leis nºs 3.268, de 30 de setembro de 1957, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, 11.134, de 15 de julho de 2005, 11.361, de 19 de outubro de 2006, 10.486, de 4 de julho de 2002, 13.328, de 29 de julho de 2016, 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, 12.086, de 6 de novembro de 2009, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 14.204, de 16 de setembro de 2021; e revoga dispositivos das Leis nºs 9.713, de 25 de novembro de 1998, 9.986, de 18 de julho de 2000, e 14.059, de 22 de setembro de 2020, e a Medida Provisória nº 1.181, de 18 de julho de 2023.</i>	

### PARTE 3 – NORMAS TÉCNICAS DO TEMPO ESPECIAL POR AGENTES NOCIVOS

<b>NORMA REGULAMENTADORA Nº 15 .....</b>	<b>806</b>
- ANEXO Nº 1 – LIMITES DE TOLERÂNCIA PARA RUÍDO CONTÍNUO OU INTERMITENTE.....	806
- ANEXO Nº 2 – LIMITES DE TOLERÂNCIA PARA RUÍDOS DE IMPACTO.....	806
- ANEXO nº 3 – LIMITES DE EXPOSIÇÃO OCUPACIONAL AO CALOR.....	806
- ANEXO nº 4 – (Revogado pela Portaria nº 3.751, de 23-11-1990).....	808
- ANEXO Nº 5 – RADIAÇÕES IONIZANTES .....	808
- ANEXO Nº 6 – TRABALHO SOB CONDIÇÕES HIPERBÁRICAS .....	809
- ANEXO “A” – PADRÕES PSICOFÍSICOS PARA SELEÇÃO DOS CANDIDATOS À ATIVIDADE DE MERGULHO.....	825
- ANEXO “B” – PADRÕES PSICOFÍSICOS PARA CONTROLE DO PESSOAL EM ATIVIDADE DE MERGULHO.....	826
- ANEXO “C” – TABELAS DE DESCOMPRESSÃO.....	826
- ANEXO Nº 7 – RADIAÇÕES NÃO IONIZANTES .....	851

- ANEXO Nº 8 – VIBRAÇÃO.....	851
- ANEXO Nº 9 – FRIO.....	851
- ANEXO Nº 10 – UMIDADE.....	851
- ANEXO Nº 11 – AGENTES QUÍMICOS.....	851
- ANEXO Nº 12 – LIMITES DE TOLERÂNCIA PARA POEIRAS MINERAIS ASBESTOS.....	858
- ANEXO Nº 13 – AGENTES QUÍMICOS.....	861
- ANEXO 13-A.....	862
- ANEXO Nº 14 – AGENTES BIOLÓGICOS.....	864
<b>NORMA 3.01 DA CNEN.....</b>	<b>864</b>
<b>NORMA DE HIGIENE OCUPACIONAL Nº 01.....</b>	<b>872</b>
<b>RESOLUÇÃO INSS Nº 600, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.....</b>	<b>877</b>
<i>Aprova o Manual de Aposentadoria Especial.</i>	

#### PARTE 4 – SEGURADO ESPECIAL DO RGPS

<b>OFÍCIO CIRCULAR Nº 46/2019 DIRBEN/INSS.....</b>	<b>960</b>
<b>OFÍCIO SEI CIRCULAR Nº 62/2019/DIRBEN/INSS.....</b>	<b>979</b>
<i>Complementa o 46/2019 e traz novos formulários</i>	
<b>PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 878, DE 28 DE JANEIRO DE 2021.....</b>	<b>988</b>
<i>Estabelece procedimentos para a utilização da Declarações de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP na ratificação de autodeclaração apresentada pelo Segurado Especial, em virtude da prorrogação da validade deste instrumento pela Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por conta da pandemia da Covid-19.</i>	
<b>PORTARIA FUNAI Nº 714, DE 19 DE JUNHO DE 2023.....</b>	<b>988</b>
<i>Estabelece os procedimentos para a emissão da Certidão de Exercício de Atividade Rural - CEAR para indígenas pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI.</i>	
<b>PORTARIA MDA Nº 20, DE 27 DE JUNHO DE 2023.....</b>	<b>1003</b>
<i>Estabelece as condições e os procedimentos gerais para inscrição no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar.</i>	
<b>PORTARIA MPA Nº 127, DE 29 DE AGOSTO DE 2023.....</b>	<b>1011</b>
<i>Estabelece as normas, os critérios e os procedimentos administrativos para o Registro Geral da Atividade Pesqueira na categoria de Pescador e Pescadora Profissional, para a concessão da Licença de Pescador e Pescadora Profissional.</i>	
<b>PORTARIA MPS Nº 630, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2023.....</b>	<b>1027</b>
<i>Disciplina procedimentos para análise de requerimentos que contenham períodos que requeiram enquadramento de atividade exercida em condições especiais prejudiciais à saúde ou à integridade física.</i>	

**PARTE 5 – CORONAVÍRUS: NORMAS PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS**

<b>LEI Nº 13.982, DE 2 DE ABRIL DE 2020 .....</b>	<b>1030</b>
<i>Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.</i>	
<b>PORTARIA MC Nº 351, DE 7 DE ABRIL DE 2020 .....</b>	<b>1031</b>
<i>Regulamenta os procedimentos de que trata o Decreto nº 10.316/2020, a respeito do Auxílio Emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.</i>	
<b>PORTARIA Nº 3, DE 5 DE MAIO DE 2020.....</b>	<b>1032</b>
<i>Dispõe sobre a antecipação do benefício de prestação continuada prevista no art. 3º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.</i>	
<b>PORTARIA CONJUNTA Nº 47, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.....</b>	<b>1033</b>
<i>Disciplina a operacionalização, pelo Instituto Nacional do Seguro Social, da antecipação de um salário mínimo mensal ao requerente do auxílio por incapacidade temporária (auxílio-doença), de que tratam o art. 4º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, e o Decreto nº 10.413, de 2 de julho de 2020. (Processo nº 10128.107045/2020-83).</i>	
<b>PORTARIA Nº 932, DE 14 DE SETEMBRO DE 2020 .....</b>	<b>1034</b>
<i>Dispõe sobre as orientações quanto aos pagamentos das antecipações para os requerentes do benefício de prestação continuada e do benefício de auxílio-doença, estabelecidas pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.</i>	
<b>PORTARIA CONJUNTA PRES/DGPA/DIRAT/DIRBEN/INSS Nº 11, DE 17 DE MARÇO DE 2021 .....</b>	<b>1035</b>
<i>Estabelece procedimentos para uniformizar o fluxo dos agendamentos das atividades do Serviço Social, institui banco de horas, em caráter excepcional, e autoriza a prestação de serviço extraordinário, considerada a urgência de atendimento gerada pela emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19).</i>	
<b>LEI Nº 14.131, DE 30 DE MARÇO DE 2021 .....</b>	<b>1038</b>
<i>Dispõe sobre o acréscimo de 5% (cinco por cento) ao percentual máximo para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento até 31 de dezembro de 2021; e altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.</i>	
<b>PORTARIA CONJUNTA SEPRT/ME/INSS Nº 32, DE 31 DE MARÇO DE 2021 .....</b>	<b>1038</b>
<i>Estabelece procedimentos especiais a serem observados, até 31 de dezembro de 2021, na análise dos requerimentos do auxílio por incapacidade temporária, de que tratam os arts. 59 a 63 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nos termos do disposto no art. 6º da Lei nº 14.131, de 30 de março de 2021. (Processo nº 10132.100101/2021-71).</i>	
<b>PORTARIA Nº 1.298, DE 11 DE MAIO DE 2021 .....</b>	<b>1039</b>
<i>Dispõe sobre os critérios para operacionalização dos procedimentos especiais a serem observados até 31 de dezembro de 2021, na análise dos requerimentos do auxílio por incapacidade temporária de que tratam os arts. 59 a 63 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nos termos do disposto no art. 6º da Lei nº 14.131, de 30 de março de 2021, e na Portaria Conjunta SEPRT/ME/INSS nº 32, de 31 de março de 2021.</i>	

<b>PORTARIA CONJUNTA MC/INSS Nº 11, DE 13 DE JULHO DE 2021.....</b>	<b>1040</b>
<i>Dispõe sobre regras e procedimentos para aplicação dos descontos em benefícios administrados pelo INSS dos valores dos auxílios emergenciais de que tratam a Lei nº 13.982, de 02 de abril de 2020, a Medida Provisória nº 1.000, de 02 de setembro de 2020, e a Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021, cumulados indevidamente com benefícios previdenciários ou assistenciais.</i>	

## PARTE 6 – PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO NO RGPS

<b>PORTARIA INSS Nº 993, DE 28 DE MARÇO DE 2022.....</b>	<b>1042</b>
<i>Aprova as Normas Procedimentais em Matéria de Benefícios.</i>	
<b>PORTARIA INSS Nº 996, DE 28 DE MARÇO DE 2022.....</b>	<b>1058</b>
<i>Aprova as Normas Procedimentais em Matéria de Benefícios.</i>	
<b>PORTARIA MTP Nº 4.061, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2022 .....</b>	<b>1067</b>
<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA CRPS Nº 1, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022 .....</b>	<b>1085</b>
<i>Disciplina as regras, procedimentos e rotinas necessárias à efetiva aplicação das normas de direito previdenciário no âmbito do Conselho de Recursos da Previdência Social.</i>	

## PARTE 7 – REVISÃO DE “PENTE FINO”

<b>PORTARIA INSS Nº 997, DE 28 DE MARÇO DE 2022 .....</b>	<b>1100</b>
<i>Aprova as Normas Procedimentais em Matéria de Benefícios.</i>	
<b>PORTARIA MTP Nº 2.965, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022.....</b>	<b>1103</b>
<i>Disciplina o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade (Programa de Revisão) de que trata a Lei n.º 13.846, de 18 de junho de 2019, no âmbito da Subsecretaria da Perícia Médica Federal da Secretaria de Previdência, e estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados para a sua execução. (Processo nº 10128.109829/2022-16).</i>	
<b>PORTARIA INSS/DIRBEN Nº 1.056, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022 .....</b>	<b>1104</b>
<i>Estabelece diretrizes e procedimentos para os processos de Supervisão Técnica em Benefícios e Revisões Administrativas e de Ofício no âmbito da Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o cidadão - Dirben.</i>	
<b>PORTARIA CONJUNTA MTP E INSS Nº 28, DE 27 DE SETEMBRO DE 2022.....</b>	<b>1107</b>
<i>Disciplina os procedimentos, os requisitos e a forma de encaminhamento das apurações de irregularidade ou fraude e de efetivação do bloqueio de que trata o Art. 179-E do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências.</i>	

## PARTE 8 – EMPRÉSTIMO CONSIGNADO NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO

<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS Nº 138, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2022 .....</b>	<b>1110</b>
<i>Estabelece critérios e procedimentos operacionais relativos à consignação de descontos para pagamento de crédito consignado contraído nos benefícios pagos pelo INSS.</i>	

**PARTE 9 – PROVA DE VIDA**

- PORTARIA INSS Nº 1.408, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022** ..... 1122  
*Disciplina os procedimentos referentes à comprovação de vida anual dos beneficiários do INSS.*
- PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 1.103, DE 25 DE JANEIRO DE 2023** ..... 1122  
*Disciplina os atos complementares para operacionalização das rotinas para comprovação de vida dos beneficiários do INSS, conforme Portaria PRES/INSS nº 1.408, de 2 de fevereiro de 2022.*

**PARTE 10 – PORTARIAS DO INSS PARA CUMPRIMENTO DE AÇÕES COLETIVAS NACIONAIS**

- PORTARIA CONJUNTA INSS/DIRBEN E INSS/DIRAT E PFE/INSS Nº 28, DE 19 DE MARÇO DE 2021** ..... 1126  
*Comunica cumprimento de decisão cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.327, o Supremo Tribunal Federal - STF que determinou a prorrogação do benefício de Salário-Maternidade quando, em decorrência de complicações médicas relacionadas ao parto, houver necessidade de internação hospitalar da segurada e/ou do recém nascido.*
- PORTARIA CONJUNTA INSS/DIRBEN E INSS/PFE Nº 61, DE 25 DE ABRIL DE 2022** ..... 1127  
*Comunica para cumprimento a decisão proferida na Ação Civil Pública nº 5023503-36.2012.4.04.7100/RS - reconhecer o direito à concessão do benefício de auxílio-reclusão aos dependentes de segurado recluso que não possuir, na data do recolhimento à prisão, salário de contribuição, para fins de comprovação de sua condição de “baixa renda”, desde que preenchidos os demais requisitos, e rever os requerimentos indeferidos.*
- PORTARIA CONJUNTA DIRBEN/PFE/INSS Nº 87, DE 2 DE OUTUBRO DE 2023** ..... 1128  
*Dispõe sobre o cumprimento a decisão judicial proferida na Ação Civil Pública nº 5020466-70.2023.4.02.5001 ES, referente à suspensão da cobrança fundada na conversão do auxílio por incapacidade temporária para a aposentadoria por incapacidade permanente que tem por base o cálculo previsto na Emenda Constitucional nº 103/2019.*

**PARTE 11 – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS**

- INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.110, DE 17 DE OUTUBRO DE 2022**..... 1130  
*Dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e das contribuições devidas a terceiros, administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).*

**PARTE 12 – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS**

- LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990** ..... 1192  
*Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.*

<b>LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998 .....</b>	<b>1211</b>
<i>Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.</i>	
<b>DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001 .....</b>	<b>1213</b>
<i>Institui, no âmbito da Administração Pública Federal, o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP.</i>	
<b>LEI Nº 10.887, DE 18 DE JUNHO DE 2004 .....</b>	<b>1213</b>
<i>Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nºs 9.717, de 27 de novembro de 1998, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências.</i>	
<b>NOTA TÉCNICA SEI Nº 12212/2019/ME .....</b>	<b>1216</b>
<b>PORTARIA ME/SED/SG Nº 4.645, DE 24 DE MAIO DE 2022 .....</b>	<b>1235</b>
<i>Dispõe sobre os procedimentos e orienta os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec) acerca da concessão e manutenção dos benefícios de pensão por morte de que tratam a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e a Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958.</i>	
<b>PORTARIA MTP Nº 1.467, DE 2 DE JUNHO DE 2022.....</b>	<b>1246</b>
<i>Disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento à Lei nº 9.717, de 1998, aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de 2004 e à Emenda Constitucional nº 103, de 2019.</i>	
<b>PORTARIA ME/SED/SG Nº 10.360, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022 .....</b>	<b>1327</b>
<i>Estabelece orientação aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - Sipec, acerca da concessão, manutenção e pagamento dos benefícios de aposentadoria no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social da União - RPPS da União.</i>	

### PARTE 13 – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO SERVIÇO PÚBLICO

<b>LEI Nº 12.618, DE 30 DE ABRIL DE 2012.....</b>	<b>1362</b>
<i>Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo (Funpresp-Leg) e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud); altera dispositivos da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; e dá outras providências.</i>	
<b>DECRETO Nº 7.808, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012.....</b>	<b>1366</b>
<i>Cria a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – Funpresp-Exe, dispõe sobre sua vinculação no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências.</i>	

PORTARIA MPS/PREVIC/DITEC Nº 44, DE 31 DE JANEIRO DE 2013 .....	1367
REGULAMENTO DO PLANO DE BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO PODER EXECUTIVO FEDERAL .....	1367
PORTARIA Nº 239, DE 6 DE MAIO DE 2013 .....	1379
<i>Aprova o Regulamento do Plano de Benefícios LegisPrev</i>	
REGULAMENTO DO PLANO DE BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO PODER LEGISLATIVO FEDERAL .....	1379
PORTARIA Nº 708, DE 24 DE JULHO DE 2018.....	1390
<i>Aprova o Regulamento do Plano de Benefícios - JusMP-Prev</i>	
REGULAMENTO DO PLANO DE BENEFÍCIOS DO JUDICIÁRIO DA UNIÃO, DO MPU E DO CNMP .....	1390

#### PARTE 14 – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PRIVADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 108, DE 29 DE MAIO DE 2001 .....	1402
<i>Dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 109, DE 29 DE MAIO DE 2001 .....	1404
<i>Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.</i>	

#### PARTE 15 – CRIMES CONTRA A PREVIDÊNCIA SOCIAL

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (EXCERTOS) .....	1412
---	------

#### PARTE 16 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993.....	1414
<i>Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003.....	1421
<i>Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. (Redação dada pela Lei 14.423/2022)</i>	
DECRETO Nº 6.214, DE 26 DE SETEMBRO DE 2007 .....	1429
<i>Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências.</i>	

<b>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1, DE 1º DE AGOSTO DE 2014.....</b>	<b>1436</b>
<i>Dispõe sobre a concessão e manutenção do benefício assistencial devido aos trabalhadores portuários avulsos de que trata o art. 73 da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013 e o art. 45 do Decreto nº 8.033, de 27 de julho de 2013.</i>	
<b>PORTARIA CONJUNTA PGF/INSS Nº 4, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.....</b>	<b>1438</b>
<i>Estabelece procedimentos relacionados à assistência técnica e à revisão administrativa de benefícios previdenciários por incapacidade e do benefício social de prestação continuada pago à pessoa com deficiência previsto na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.</i>	
<b>PORTARIA CONJUNTA MDS/INSS Nº 2, DE 30 DE MARÇO DE 2015.....</b>	<b>1439</b>
<i>Dispõe sobre critérios, procedimentos e instrumentos para a avaliação social e médica da pessoa com deficiência para acesso ao Benefício de Prestação Continuada.</i>	
<b>PORTARIA CONJUNTA MDS/INSS Nº 3, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018.....</b>	<b>1487</b>
<i>Dispõe sobre regras e procedimentos de requerimento, concessão, manutenção e revisão do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC.</i>	
<b>LEI Nº 14.126, DE 22 DE MARÇO DE 2021.....</b>	<b>1494</b>
<i>Classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual.</i>	
<b>DECRETO Nº 10.654, DE 22 DE MARÇO DE 2021.....</b>	<b>1494</b>
<i>Dispõe sobre a avaliação biopsicossocial da visão monocular para fins de reconhecimento da condição de pessoa com deficiência.</i>	
<b>PORTARIA CONJUNTA MC E MTP E INSS Nº 13, DE 7 DE OUTUBRO DE 2021.....</b>	<b>1494</b>
<i>Dispõe sobre regras e procedimentos de requerimento, concessão, manutenção e revisão do auxílio-inclusão.</i>	
<b>PORTARIA CONJUNTA MC E MTP E INSS Nº 14, DE 7 DE OUTUBRO DE 2021.....</b>	<b>1496</b>
<i>Dispõe sobre regras e procedimentos de requerimento, concessão, manutenção e revisão do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC).</i>	
<b>DECRETO Nº 11.016, DE 29 DE MARÇO DE 2022.....</b>	<b>1497</b>
<i>Regulamenta o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.</i>	
<b>LEI Nº 14.601, DE 19 DE JUNHO DE 2023.....</b>	<b>1499</b>
<i>Institui o Programa Bolsa Família; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento, e a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e 14.342, de 18 de maio de 2022, e a Medida Provisória nº 1.155, de 1º de janeiro de 2023.</i>	

## PARTE 17 – SAÚDE

<b>LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990.....</b>	<b>1506</b>
<i>Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.</i>	
<b>LEI Nº 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997.....</b>	<b>1514</b>
<i>Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências.</i>	

<b>LEI Nº 9.656, DE 3 DE JUNHO DE 1998</b> .....	<b>1516</b>
<i>Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.</i>	
<b>PARTE 18 – SEGURO-DESEMPREGO</b>	
<b>LEI Nº 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990</b> .....	<b>1528</b>
<i>Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.</i>	
<b>LEI Nº 10.208, DE 23 DE MARÇO DE 2001</b> .....	<b>1531</b>
<i>Acréscere dispositivos à Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, para facultar o acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e ao seguro-desemprego.</i>	
<b>LEI Nº 10.779, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003</b> .....	<b>1532</b>
<i>Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.</i>	
<b>DECRETO Nº 8.424, DE 31 DE MARÇO DE 2015</b> .....	<b>1533</b>
<i>Regulamenta a Lei 10.779, de 25 de novembro de 2003, para dispor sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional artesanal que exerce sua atividade exclusiva e ininterruptamente.</i>	
<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS Nº 83, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015</b> .....	<b>1535</b>
<i>Estabelece procedimentos relativos ao Seguro-Desemprego devido aos pescadores profissionais artesanais, durante o período de defeso, e dá outras providências.</i>	
<b>DECRETO Nº 10.080, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019</b> .....	<b>1537</b>
<i>Altera o Decreto nº 8.424, de 31 de março de 2015, que regulamenta a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para dispor sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional artesanal que exerce sua atividade exclusiva e ininterruptamente.</i>	
<b>PARTE 19 – ACORDOS INTERNACIONAIS PREVIDENCIÁRIOS</b>	
<b>DECRETO Nº 57.759, DE 8 DE FEVEREIRO DE 1966</b> .....	<b>1540</b>
<i>Promulga o Acordo de Migração com a Itália.</i>	
<b>DECRETO Nº 99.088, DE 9 DE MARÇO DE 1990</b> .....	<b>1543</b>
<i>Promulga o Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República Helênic.</i>	
<b>DECRETO Nº 1.457, DE 17 DE ABRIL DE 1995</b> .....	<b>1546</b>
<i>Promulga o Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, de 7 de maio de 1991.</i>	
<b>ACORDO ENTRE BRASIL E CABO VERDE</b> .....	<b>1550</b>
<b>DECRETO Nº 1.689, DE 7 DE NOVEMBRO DE 1995</b> .....	<b>1550</b>
<i>Promulga o Convênio de Seguridade Social, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha, de 16 de maio de 1991.</i>	

<b>DECRETO LEGISLATIVO Nº 451, DE 19 DE SETEMBRO DE 2001</b> .....	<b>1555</b>
<i>Aprova o texto do Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercado Comum do Sul e seu Regulamento Administrativo, celebrados em Montevideu, em 15 de dezembro de 1997.</i>	
<b>DECRETO LEGISLATIVO Nº 769, DE 30 DE OUTUBRO DE 2009</b> .....	<b>1559</b>
<i>Aprova o texto da Convenção Multilateral Ibero-americana de Segurança Social, celebrada em Santiago, em 10 de novembro de 2007, por ocasião da XVII Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estados e de Governo.</i>	
<b>DECRETO Nº 7.281, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010</b> .....	<b>1564</b>
<i>Promulga o Convênio de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile, firmado em Santiago, em 26 de abril de 2007, e dá outras providências.</i>	
<b>DECRETO Nº 7.702, DE 15 DE MARÇO DE 2012</b> .....	<b>1568</b>
<i>Promulga o Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Japão.</i>	
<b>DECRETO Nº 8.000, DE 8 DE MAIO DE 2013</b> .....	<b>1572</b>
<i>Promulga o Acordo de Previdência Social e seu Protocolo Adicional entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, firmados em Berlim, em 3 de dezembro de 2009.</i>	
<b>DECRETO Nº 8.288, DE 24 DE JULHO DE 2014</b> .....	<b>1577</b>
<i>Promulga o Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Canadá, firmado em Brasília, em 8 de agosto de 2011.</i>	
<b>DECRETO Nº 8.300, DE 29 DE AGOSTO DE 2014</b> .....	<b>1581</b>
<i>Promulga o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa em Matéria de Previdência Social, firmado em Brasília, em 15 de dezembro de 2011.</i>	
<b>DECRETO Nº 8.405, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015</b> .....	<b>1587</b>
<i>Promulga o Acordo sobre a Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica, firmado em Bruxelas, em 4 de outubro de 2009.</i>	
<b>DECRETO Nº 9.422, DE 25 DE JUNHO DE 2018</b> .....	<b>1591</b>
<i>Promulga o Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América, firmado em Washington, em 30 de junho de 2015.</i>	
<b>DECRETO Nº 9.564, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2018</b> .....	<b>1595</b>
<i>Promulga o Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Grão-Ducado de Luxemburgo, firmado em Luxemburgo, em 22 de junho de 2012.</i>	
<b>DECRETO Nº 9.751, DE 10 DE ABRIL DE 2019</b> .....	<b>1598</b>
<i>Promulga o Acordo de Previdência Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coreia, firmado em Brasília, em 22 de novembro de 2012.</i>	
<b>DECRETO Nº 10.038, DE 2 DE OUTUBRO DE 2019</b> .....	<b>1602</b>
<i>Promulga o Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça, firmado em Brasília, em 3 de abril de 2014.</i>	
<b>DECRETO Nº 10.061, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019</b> .....	<b>1606</b>
<i>Promulga o Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Quebec, firmado em Brasília, em 26 de outubro de 2011.</i>	
<b>PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 995, DE 28 DE MARÇO DE 2022</b> .....	<b>1610</b>
<i>Aprova as Normas Procedimentais em Matéria de Benefícios.</i>	

**PARTE 20 – LEGISLAÇÃO PROCESSUAL JUDICIAL**

<b>LEI Nº 5.010, DE 30 DE MAIO DE 1966</b> .....	<b>1620</b>
<i>Organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências.</i>	
<b>LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001</b> .....	<b>1625</b>
<i>Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.</i>	
<b>LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015</b> .....	<b>1627</b>
<i>Código de Processo Civil</i>	
<b>RESOLUÇÃO CJF Nº 586, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019</b> .....	<b>1709</b>
<i>Dispõe sobre o Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.</i>	
<b>DECRETO Nº 10.201, DE 15 DE JANEIRO DE 2020</b> .....	<b>1714</b>
<i>Regulamenta o § 4º do art. 1º e o art. 2º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, para fixar os valores de alçada para a autorização de acordos ou transações celebradas por pessoa jurídica de direito público federal e por empresas públicas federais, para prevenir ou terminar litígios, inclusive os judiciais.</i>	
<b>PRESIDÊNCIA ATO Nº 229/2020</b> .....	<b>1715</b>
<i>Lista as comarcas estaduais que permanecem com a competência federal delegada para processamento e julgamento de causas de natureza previdenciária, conforme o disposto no inc. III, do art. 15 da Lei 5.010, de 30 de maio de 1966, com a redação dada pelo art. 3º da Lei 13.876, de 20 de setembro de 2019.</i>	
<b>RESOLUÇÃO PRES Nº 429, DE 11 DE JUNHO DE 2021</b> .....	<b>1722</b>
<i>Dispõe sobre o exercício da competência delegada, em matéria previdenciária, no âmbito da Justiça Federal da 3.ª Região, nos termos do disposto no art. 3º da Lei nº 13.876/2019.</i>	
<b>RES. Nº TRF2-RSP-2021/00050, DE 29 DE JUNHO DE 2021</b> .....	<b>1725</b>
<i>Dispõe sobre o exercício, no âmbito da 2ª Região, da competência da Justiça Federal delegada, em matéria previdenciária, nos termos das alterações promovidas pelo art. 3º da Lei nº 13.876, de 20 de setembro de 2019.</i>	
<b>PORTARIA TRF4 Nº 633, DE 27 DE AGOSTO DE 2021</b> .....	<b>1726</b>
<i>Altera a relação das Comarcas da Justiça Estadual com a competência federal delegada de que trata o artigo 15, inciso III, da Lei nº 5.010/1966, com redação dada pela Lei nº 13.876/2019, no âmbito da Justiça Federal da 4ª Região.</i>	
<b>PORTARIA TRF1 Nº 411, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2021</b> .....	<b>1729</b>
<i>Torna pública a lista das comarcas estaduais localizadas na área de jurisdição da 1ª Região com competência federal delegada para processamento e julgamento das causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado relativamente a benefícios de natureza pecuniária.</i>	

**PARTE 21 – NORMAS REVOGADAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL COM GRANDE ULTRATIVIDADE PELO TEMPO QUE REGE O ATO JURÍDICO**

<b>LEI Nº 3.807, DE 26 DE AGOSTO DE 1960</b> .....	<b>1750</b>
<i>Dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social.</i>	

<b>DECRETO Nº 53.831, DE 25 DE MARÇO DE 1964</b> .....	1765
<i>Dispõe sobre a aposentadoria especial instituída pela Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960.</i>	
<b>LEI COMPLEMENTAR Nº 11, DE 25 DE MAIO DE 1971</b> .....	1770
<i>Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e dá outras providências.</i>	
<b>DECRETO Nº 83.080, DE 24 DE JANEIRO DE 1979</b> .....	1772
<i>Aprova o Regulamento dos Benefícios da Previdência Social.</i>	
<b>DECRETO Nº 89.312, DE 23 DE JANEIRO DE 1984</b> .....	1777
<i>Expede nova edição da Consolidação das Leis da Previdência Social.</i>	

## PARTE 22 – PREVIDÊNCIA MILITAR

<b>LEI Nº 6.880, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1980</b> .....	1800
<i>Dispõe sobre o Estatuto dos Militares, e dá outras providências.</i>	
<b>IN ME/SEPT/SPREV Nº 5, DE 15 DE JANEIRO DE 2020</b> .....	1816
<i>Estabelece orientações a respeito das normas gerais de inatividade e pensões e das demais disposições relativas aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, estabelecidas pela Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, mediante alteração do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969.</i>	
<b>DECRETO Nº 10.742, DE 5 DE JULHO DE 2021</b> .....	1818
<i>Regulamenta a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, que dispõe sobre as pensões militares.</i>	

## PARTE 23 – LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

<b>DECRETO-LEI 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943</b> .....	1824
<i>Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.</i>	
<b>LEI Nº 5.698, DE 31 DE AGOSTO DE 1971</b> .....	1900
<i>Dispõe sobre as prestações devidas a ex-combatente segurado da previdência social e dá outras providências.</i>	
<b>LEI Nº 7.070, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1982</b> .....	1900
<i>Dispõe sobre pensão especial para os deficientes físicos que especifica, e dá outras providências.</i>	
<b>LEI Nº 7.689, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1988</b> .....	1901
<i>Institui contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas, e dá outras providências.</i>	
<b>LEI Nº 9.249, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995</b> .....	1902
<i>Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.</i>	
<b>LEI Nº 9.422, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996</b> .....	1906
<i>Dispõe sobre a concessão de pensão especial aos dependentes que especifica e dá outras providências.</i>	

<b>LEI Nº 9.718, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998</b> .....	<b>1906</b>
<i>Altera a Legislação Tributária Federal.</i>	
<b>LEI Nº 9.796, DE 5 DE MAIO DE 1999</b> .....	<b>1910</b>
<i>Dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências.</i>	
<b>LEI Nº 10.559, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2002</b> .....	<b>1912</b>
<i>Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.</i>	
<b>LEI Nº 10.833, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003</b> .....	<b>1914</b>
<i>Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências.</i>	
<b>LEI Nº 10.865, DE 30 DE ABRIL DE 2004</b> .....	<b>1930</b>
<i>Dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços e dá outras providências.</i>	
<b>LEI Nº 11.053, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2004</b> .....	<b>1946</b>
<i>Dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário e dá outras providências.</i>	
<b>LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006</b> .....	<b>1947</b>
<i>Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.</i>	
<b>LEI Nº 11.520, DE 18 DE SETEMBRO DE 2007</b> .....	<b>1977</b>
<i>Dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios.</i>	
<b>LEI Nº 12.188, DE 11 DE JANEIRO DE 2010</b> .....	<b>1977</b>
<i>Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.</i>	
<b>LEI Nº 12.546, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011</b> .....	<b>1979</b>
<i>Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra); dispõe sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) à indústria automotiva; altera a incidência das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que menciona; altera as Leis nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, nº 10.865, de 30 de abril de 2004, nº 11.508, de 20 de julho de 2007, nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984, nº 11.491, de 20 de junho de 2007, nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e nº 9.294, de 15 de julho de 1996, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga o art. 1º da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, e o art. 6º do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, nos termos que especifica; e dá outras providências.</i>	
<b>PORTARIA Nº 228-DGP, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014</b> .....	<b>1988</b>
<i>Aprova as Normas para a Emissão da Certidão de Tempo de Serviço para Militares, da Ativa e Inativos, Aspirantes a Oficial Licenciados, Oficiais Licenciados ou Demitidos e Praças Reservistas.</i>	

<b>DECRETO Nº 10.188, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.....</b>	<b>1992</b>
<i>Regulamenta a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, para dispor sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e entre os regimes próprios, na hipótese de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências.</i>	
<b>LEI Nº 13.985, DE 7 DE ABRIL DE 2020 .....</b>	<b>1995</b>
<i>Institui pensão especial destinada a crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus, nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2019, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC).</i>	

### QUESTÕES DE ORDEM E ENUNCIADOS PREVIDENCIÁRIOS

<b>QUESTÕES DE ORDEM DA TNU .....</b>	<b>1998</b>
<b>ENUNCIADOS FONAJEF.....</b>	<b>2001</b>
<b>SÚMULAS DO CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – CRPS.....</b>	<b>2011</b>
<b>SÚMULAS VINCULANTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL .....</b>	<b>2015</b>
<b>SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL .....</b>	<b>2018</b>
<b>SÚMULAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....</b>	<b>2035</b>
<b>SÚMULAS DA TNU-JEF.....</b>	<b>2053</b>
<b>SÚMULAS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO .....</b>	<b>2056</b>
<b>JORNADA DE DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL.....</b>	<b>2079</b>